



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 22/24, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Prof. Carlos Manuel Maceira Campos

Sr. Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Pelas dez horas e doze minutos, no Edifício Paços do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz deu início à reunião, com o Período anterior ao do “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, endossando os habituais cumprimentos aos elementos do Executivo, quer em regime de permanência, como de não permanência, a todos os munícipes que acompanham a sua transmissão *online*, aos funcionários do secretariado das reuniões de Câmara e aqueles que asseguram toda a estrutura técnica.

Antes de iniciar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara informou os presentes dos pedidos de substituição da Senhora Vereadora Dra. Susana Margarida Macedo Mendes, do Sr. Vereador Fernando Tavares Pereira e da Senhora Vereadora Maria do Rosário Martins Garcia Almeida tendo os serviços procedido à sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro,



CÂMARA MUNICIPAL

na sua atual redação. Foi convocada a Senhora Vereadora em regime de substituição Dra. Alexandra Leal que não pode estar presente, justificando a sua ausência.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. RICARDO CRUZ:

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção apresentando, em seu nome e em nome de todos os presentes, as condolências à Senhora Vereadora Dra. Maria do Rosário Almeida pelo recente falecimento da sua mãe.

O Senhor Presidente prosseguiu, dando a informação de que no âmbito da candidatura inerente à valorização do Património Romano do Concelho de Tábua, indicada no ITI da CIM Região de Coimbra, serão iniciados os trabalhos relativos à recuperação da Ponte de Sumes, em Midões, no dia 29 de novembro. Ainda no âmbito da recuperação do património de Tábua, informou que será realizada uma recolha fotográfica das Igrejas de todas as Freguesias/União de Freguesias, com o objetivo de proceder à pintura de telas que visem dar a conhecer e preservar o legado cultural e religioso do Concelho.

Seguidamente lamentou o que considera um ato de falta de civismo, que está associado ao roubo/destruição de plantas colocadas pelo Município na zona envolvente ao Centro Escolar Santa Maria Maior e às Piscinas Municipais, salientando o esforço que está a ser efetuado no sentido de embelezar a Vila e o Concelho, bem como na colocação de inúmeras árvores. Salientou que foram furtadas 59 exemplares da espécie fotínias tendo apelado à população auxílio na identificação de eventuais novos casos e na recuperação desse património, contribuindo para o



CÂMARA MUNICIPAL

desiderato deste Município em tornar todos os espaços mais aprazíveis, já que estes são de todos e para todos.

Deixou uma nota, relativamente à iniciativa "Tábua de Natal" cuja apresentação pública decorreu a vinte de novembro, tendo sido divulgado um programa que integra um conjunto de iniciativas de animação e de dinamização e incentivo ao comércio local, em parceria com a ADI. Destacou o Concurso de Montras, que este ano ocorrerá integrado na iniciativa "Montras Ecológicas", promovido pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, com o objetivo de contribuir para a reciclagem de resíduos, já que se pretende que estas decorações utilizem materiais reciclados.

O Senhor Presidente informou ainda estarem em preparação a instalação da iluminação de Natal, com a colocação das luzes e sonorização alusiva à época natalícia, em vários locais da Vila de Tábua.

O Senhor Presidente continuou referindo-se à aprovação das candidaturas efetuadas por esta Autarquia ao Programa Acessibilidades 360, no âmbito da requalificação dos Edifícios Públicos, sendo que foram aprovadas intervenções no Centro Cultural de Tabua, Centro Escolar Santa Maria Maior, Jardim de Infância de Midões, Jardim de Infância de Tábua, Jardim de Infância da Póvoa de Midões, Jardim de Infância de Espariz e Jardim de Infância de Sinde, totalizando cerca de 75 mil euros. Estas intervenções permitirão melhorar a acessibilidade e minimizar as dificuldades ou constrangimentos que ainda existam, aumentando o conforto dos utilizadores.

No âmbito do investimento em acessibilidades rodoviárias, o Senhor Presidente informou que neste mandato já foram investidos mais de dois milhões e meio de euros, estando previsto lançar um concurso público com intervenções em diversas localidades do Concelho, ao final do mês de dezembro, com o propósito de requalificar pavimentos degradados ou que foram alvo de intervenção devido à substituição de condutas de água ou de saneamento básico. Referiu que serão também alvo de intervenção o estacionamento do Terminal Rodoviário em Tábua e o



CÂMARA MUNICIPAL

estacionamento da Rede Expressos na Moita da Serra, bem como a pavimentação de um novo local para estacionamento na rua Comandante Cândido Serra. Todas as intervenções supracitadas terão um investimento de cerca de quatrocentos e sessenta mil euros.

Continuando a intervenção, o Senhor Presidente parabenizou toda a Equipa, que se empenhou na elaboração da candidatura junto da ABAAE para atribuição do Galardão Município ECOXXI 2024, tendo o Município de Tábua sido distinguido pelo oitavo ano consecutivo, desta vez com a melhor pontuação de sempre, o que é revelador do esforço dirigido para a promoção da sustentabilidade ambiental.

O Senhor Presidente informou que os serviços continuam a acompanhar as candidaturas apresentadas por pessoas individuais, tendo como propósito a solicitação de um apoio para minimizar os prejuízos inerentes aos incêndios de Setembro. Entretanto, foi já recebido o relatório de análise da candidatura apresentada pelo Município à CCDRC para o mesmo efeito, tendo sido aprovado um montante de 482 mil euros de um total de 567 mil euros reportados de prejuízos que foram identificados. O Senhor Presidente lamentou que os danos reportados relativos a máquinas e equipamentos não tenham sido considerados, pelo que já foi efetuada uma exposição ao Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, na medida em que o Decreto-Lei refere expressamente a elegibilidade deste tipo de prejuízos, ao contrário do Despacho que cria o Fundo de Emergência Municipal, o que é um contrassenso inexplicável. Agradeceu o empenho de todos os técnicos da CCDRC que se empenharam na célere avaliação da candidatura.

Prosseguiu na sua intervenção considerando que o Orçamento de Estado para 2025, cuja discussão decorre na Assembleia da República, não dá uma resposta cabal aos problemas do Interior do País, já que várias propostas de investimento na área da mobilidade, da área social, do incentivo à fixação de pessoas e ao emprego, não mereceram aprovação. Alertou, uma vez mais, para o facto dos governantes terem de assumir uma política de discriminação positiva para estes territórios, respondendo ao empenho e dedicação de quem aqui investe e vive. Deu como



CÂMARA MUNICIPAL

exemplo desta atitude que conduz ao esquecimento destes territórios, a incompreensível intenção de indeferimento da candidatura do Espaço Museológico Sarah Beirão e Welcome Center de Tábua, tendo em consideração que foi submetida à Linha Mais Interior Turismo, ou seja, não faz sentido valorizar outros projetos que não estejam alinhados com o desenvolvimento dos territórios do Interior, sendo que foi já apresentado o contraditório e solicitada uma reunião ao Presidente do Turismo de Portugal, com caráter de urgência, para expor estes factos e sensibilizar esses responsáveis que é urgente valorizar tudo o que são as mais-valias deste território.

O Senhor Presidente continuou informando que no dia dezanove de novembro, representou o Município de Tábua na celebração de uma escritura de alienação de um terreno na Zona Industrial de Tábua a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, para aí instalarem o futuro Centro de Exames, tendo parabenizado o Senhor Presidente da Direção, por ter concorrido à hasta pública que permitiu esta aquisição e por estar empenhado em criar melhores condições para dar resposta ao crescente movimento do Centro de Exames de Tábua.

O Senhor Presidente felicitou ainda todos os participantes na Feira de São Martinho, a qual resultou num enorme êxito pela elevada presença de compradores, que valorizaram este Certame cujos resultados foram extremamente positivos, tal como reconhecido pelos feirantes presentes.

O Senhor Presidente informou que está a ser finalizado o projeto de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, complementando a intervenção efetuada no presente mandato com a colocação da cobertura, a pintura e requalificação do edifício da Câmara, ao nível do seu exterior, bem como do Salão Nobre e da zona envolvente. Informou que se pretende intervir na remodelação de um espaço para os trabalhadores efetuarem refeições rápidas, que complemente a Cantina Municipal, bem como na instalação de um elevador, na requalificação dos sanitários e na instalação do sistema de aquecimento, bem como a reestruturação do Balcão Único.

A concluir a sua intervenção, o Senhor Presidente deu nota que marcou presença nas comemorações do centésimo sexto aniversário do Armistício da



CÂMARA MUNICIPAL

Grande Guerra e o quinquagésimo aniversário do fim da Guerra do Ultramar, no dia dezassete de novembro, organizado pela Liga dos Combatentes, enaltecendo a história e reconhecendo o esforço de quem esteve em combate e das suas famílias.

Nada mais tendo a acrescentar, passou a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira para endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes e a quem assiste nas redes sociais.

Iniciou a sua intervenção dando nota que no decorrer da "V Tábua de Igualdades- Ser Igual na Diferença", decorrida entre vinte e quatro de outubro e vinte e cinco de novembro, realizou-se um peddy-paper com a participação de mais de quarenta pessoas, sobretudo crianças e jovens da Catequese, dos Escuteiros, da Eptoliva, da comunidade em geral, felicitando-os pelo interesse por estas temáticas.

Prosseguiu a sua intervenção dando nota que no dia vinte e quatro de novembro, no Mercado Municipal decorreu a atividade "Não Fiques Indiferente, Faz a Diferença", vocacionada para o combate à violência contra as mulheres, dando visibilidade a um flagelo da nossa Sociedade, pelo que felicitou os conselheiros e toda a equipa pelo empenho na realização de todas estas atividades. Ainda no que respeita a esta problemática estão já agendadas duas ações projetadas para março do ano que vem, devido à importância do assunto.

Terminando a sua intervenção, o Senhor Vice-Presidente felicitou a empresa Greenvolt pela sua atividade no Concelho, nomeadamente a produção de energia verde, destacando as iniciativas de responsabilidade social que promovem no Concelho, no âmbito das quais, e com o forte envolvimento do Senhor Presidente da



CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal, foi atribuído recentemente um apoio pecuniário de dois mil e quinhentos euros a cada uma das duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha. Felicitou a empresa Greenvolt por esta atitude solidária e cumprimentou ambas as Associações Humanitárias porque são das Associações mais relevantes do Concelho pela atividade que praticam, sendo que este apoio financeiro vem minimizar o esforço que despendem na sua preparação para responder às solicitações na área da proteção civil,

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

No uso da palavra, interveio o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto iniciou a sua intervenção endossando cumprimentos a todos os presentes na reunião, bem como e aos Municípes que acompanham a reunião através das redes sociais.

Seguidamente informou que a tradicional Feira de São Martinho se realizou no dia dezassete de novembro no recinto de Feiras e Eventos de Tábua, e que a mesma se traduziu num êxito, tendo marcado presença mais de setenta agentes económicos e muitas centenas de consumidores e visitantes que vieram até Tábua fazer as suas habituais compras e conviver nesta importante iniciativa, onde estavam à sua disposição os frutos secos típicos desta altura do ano ou as castanhas assadas entre muitos outros produtos. A animação esteve a cargo do grupo Concertinas da “Escola de Música a Pauta” de Vila Nova de Oliveirinha, assim como esteve presente a Eptoliva com o curso profissional de técnico de auxiliar de saúde, dado que se assinalava o Dia Mundial do Não-Fumador. Concluiu referindo que a muita afluência de público, justificou em pleno a alteração dos dias da realização da Feira.

Prosseguindo na sua intervenção, informou que estiveram presentes no World Cheese Awards, evento que se realizou em Viseu a passada semana, onde foi promovida a “Tábua de Queijo e Sabores da Beira”, no espaço da CIM Região de Coimbra, onde tiveram a colaboração da Primeira-Dama do Honor da Rainha das Vindimas, a Mariana Marques, e de dois produtores, um de queijo e outro de pão.



CÂMARA MUNICIPAL

Informou que marcaram também presença na iniciativa “Coimbra Região Gastronómica”, considerado o maior evento gastronómico da Região de Coimbra, que decorreu nos dias vinte e três a vinte e cinco de novembro, no Convento de São Francisco em Coimbra.

Seguindo a sua intervenção, deu nota ter marcado presença nas comemorações do trigésimo terceiro aniversário da Eptoliva, Escola Profissional, quer em Oliveira do Hospital, como em Tábua, endereçando os sinceros parabéns a toda a Direção da Escola, pela dinâmica, as ações, as atividades que têm sido desenvolvidas ao longo dos anos e que tornaram esta Escola numa referência nacional e internacional. Deu nota que no âmbito destas comemorações, se procedeu à inauguração do alojamento para estudantes em Tábua, o Eptoliving Tábua, que dá todas as condições aos estudantes de fora que estão a estudar no Pólo de Tábua.

No âmbito do desporto, informou que se realizou o quarto Encontro Interinstitucional de Bóccia, no passado dia vinte e um de novembro no Pavilhão Multiusos de Tábua, o qual teve como objetivo promover a modalidade, o convívio e a sociabilidade entre os praticantes, estando presentes cerca de 50 atletas idosos, de 18 equipas das IPSS do Concelho.

No âmbito da “Tábua de Natal”, o Senhor Vereador divulgou a chegada do Pai Natal, que vai marcar o início das comemorações natalícias no Concelho, a qual decorrerá na tarde do dia um de dezembro, domingo, no Jardim Sarah Beirão e no Centro Cultural. Informou ainda que inclui várias atividades de entretenimento, como pinturas faciais, modelagem de balões insufláveis e a tradicional distribuição de pipocas para os mais novos. Destacou a atuação do ensemble de clarinetes da Academia Artística de Tábua, culminando com o espetáculo teatral Tropelias de Natal, no Centro Cultural de Tábua.

Também no âmbito da programação da “Tábua de Natal”, informou que estão a decorrer até seis de dezembro as inscrições para o Mercado de Natal, Mostra de Artesanato de Tábua, que decorrerá no dia quinze de dezembro no Mercado



CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Tábua, estando as informações disponíveis nas redes sociais da Câmara Municipal de Tábua, assim como da ADI, enquanto parceira nesta atividade.

Relativamente ao movimento associativo, o Senhor Vereador deu nota de que representou o Município, no dia dezassete de novembro, numa cerimónia organizada pelo Núcleo de Tábua da Liga dos Combatentes em São João da Boa Vista, com o descerrar de uma placa no exterior do cemitério desta Freguesia, em homenagem aos combatentes sepultados neste cemitério e esteve no dia vinte e quatro de novembro, presente nas comemorações do quadragésimo oitavo Aniversário da Associação Social, Desportiva e Recreativa Cultural de Covas.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, PROF. CARLOS CAMPOS:

Interveio o Senhor Vereador em regime de substituição, Prof. Carlos Campos que começou por saudar todos os presentes e os Munícipes que acompanham a reunião através das redes sociais.

No uso da palavra o Senhor Vereador começou por reforçar o que já tinha foi referido anteriormente sobre a inauguração da Eptoliving em Tábua, acrescentando que esta estrutura vem capacitar o Concelho no sentido de albergar trinta estudantes nesta fase, destacando que não são contemplados apenas estudantes dos PALOP, mas também de outros pontos do país, preenchendo uma lacuna que estava identificada.

O Senhor Vereador informou igualmente que o Pólo de Tábua da Eptoliva aderiu pela primeira vez ao projeto Eco-Escolas, que vem reforçar a aposta na educação ambiental, através das suas atividades, que abordam temas básicos como a água, recursos hídricos, passando também pelos resíduos, bem como a biodiversidade, tendo partilhado a mensagem a toda a comunidade, sensibilizando-a para a importância da proteção do ambiente.



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador destacou a ação do Centro Qualifica em Tábua, dinamizado pela Eptoliva, que assinalou treze anos de atividade na educação e formação de adultos, e que este ano poderá atingir ou até suplantar a meta de 400 inscritos no Concelho de Tábua. Este é um número significativo, que justifica o trabalho desenvolvido nas diversas valências, nomeadamente os processos de reconhecimento e validação de competências para pessoas que não têm o nono ano, ou os cursos de português de língua de acolhimento, direcionados para migrantes e estrangeiros residentes no Concelho, os quais têm tido uma enorme adesão, tal como destacou as formações modulares desenvolvidas junto de população alvo.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR VÍTOR MELO:

Interveio o Senhor Vereador, Vítor Melo que começou por apresentar os usuais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, restantes elementos do Executivo, funcionários da Câmara afetos ao Secretariado das reuniões da Câmara e aos Tabuenses que estavam a acompanhar a reunião pelas redes sociais.

Prosseguiu a sua intervenção solicitando que sejam apresentados os custos das atividades e iniciativas inseridas na programação da "Tábua de Natal".

Relativamente à Greenvolt, o Senhor Vereador agradeceu igualmente o donativo feito aos Corpos dos Bombeiros, desejando que fosse uma iniciativa que se repetisse em próximos anos, Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o papel decisivo que a Autarquia exerceu para que esta atribuição fosse possível.

De seguida, o Senhor Vereador questionou sobre o estado das estradas do Concelho, e sugeriu que deveria haver uma equipa a fazer o acompanhamento e a monitorização das mesmas, na medida em que entende que pequenas reparações evitariam a degradação acentuada das estradas, sendo que os utilizadores das vias saem prejudicados porque degradam as viaturas e podem provocar acidentes.

O Senhor Vereador, em relação aos prejuízos dos incêndios, questionou quais foram as áreas não contempladas, porque os prejuízos são todos iguais.



CÂMARA MUNICIPAL

Prosseguiu na sua intervenção mencionando a reestruturação das casas de banho do Edifício do Município, afirmou estar de acordo e que os funcionários merecem, questionando logo de seguida como se encontra o processo de instalação de casas de banho públicas no resto da Vila e do Concelho, principalmente em locais de muita afluência de pessoas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente passou de imediato aos esclarecimentos.

Relativamente aos custos da "Tábua de Natal", apesar de não ser obrigatória a sua apresentação em reunião de Câmara, os investimentos têm sido sempre divulgados, pelo que na próxima reunião irão ser apresentados, para conhecimento, os respetivos valores, tendo já sido solicitado à ADI, enquanto parceiro principal, a indicação dos valores inerentes a esta iniciativa.

Sobre o gesto praticado pela Greenvolt, afirmou que, sem surpresa, esta e outras empresas, dentro das suas possibilidades, assumem as suas responsabilidades sociais nas comunidades em que estão inseridas, e deixou a sua total disponibilidade para sensibilizar os seus responsáveis para que nos próximos anos, dentro das possibilidades das empresas, possam continuar a ajudar estas Corporações que desempenham um trabalho de excelência.

Relativamente às estradas do Concelho, o Senhor Presidente afirmou que cada vez têm mais falta de recursos humanos, estando evidente no mapa do pessoal a necessidade de contratar mais pessoas, dado que alguns estão a reformar-se. Afirmou que, no futuro, devem ser criadas equipas multidisciplinares de exterior para executar diferentes intervenções. Independentemente deste facto, deve ser reconhecido que neste mandato foram investidos 2,5 milhões de euros em pavimentações por todo o Concelho, resolvendo muitas situações que estavam a necessitar de intervenção prioritária.

Reiterou o que já referiu anteriormente nesta reunião, de que será lançado um concurso público que prevejam investimentos na ordem dos 460 mil euros, com um



CÂMARA MUNICIPAL

propósito específico de efetuar várias intervenções, destacando o espaço do Terminal Rodoviário, sabendo que toda a zona do Recinto de Feiras foi já toda alcatroada, criando estacionamento que facilitam as acessibilidades ao mercado municipal, ao centro de exames e ao terminal rodoviário, sendo que agora é a zona do Terminal a merecer uma intervenção mais profunda, complementando o investimento já realizado na substituição da cobertura do edifício, com anos e anos de existência.

Sobre os sanitários públicos no terminal, será efetuada uma intervenção tornando-as mais acessíveis, em complemento das que existem no mercado municipal, dotando aquela zona com oferta suficiente.

Relativamente à candidatura dos incêndios, tudo o que foi sinalizado em termos do que foram os estragos provocados em acessos, zonas turísticas como o Penedo C'abana, e estruturas de apoio à população, como a ETAR da Póvoa de Midões e abastecimento de água ou sinalização rodoviária, entre outras, foi tudo validado, embora não a 100%, e, daí ter referenciado, que dos 567 mil euros candidatados foi concedida uma comparticipação de 482 mil euros.

Prosseguiu referindo que o problema está que o Decreto-Lei que define os apoios no âmbito dos incêndios de setembro de 2024 referir claramente que os equipamentos e viaturas das Autarquias são elegíveis, mas os Despachos que determinam os apoios do Fundo de Emergência Municipal, não permitirem, o que é contraditório e inaceitável. Dando como exemplo os Bombeiros, se arder uma viatura de combate a incêndios, a mesma é apoiada através da ANEPC através dos seus mecanismos, Contudo, se acontecer o mesmo a uma viatura da Proteção Civil Municipal, ou esta sofrer danos, ou algum equipamento pertencente à ADESA, a reposição dos mesmos já não será apoiada. Apesar das despesas com os equipamentos terem sido reportados, os mesmos não foram validados. Neste sentido, foi apresentada a questão junto do Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, alertando para a necessidade do Despacho incluir estas despesas, sendo



CÂMARA MUNICIPAL

que a resposta recebida não pode ser do agrado do Município, na medida em que sempre julgou que este lapso seria ultrapassado após o alerta enviado à tutela.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 21/24, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

Deliberação n.º 380 – Aprovada por unanimidade com 4 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

2. ALTERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA DE 12 DEZEMBRO PARA PÚBLICA.

Deliberação n.º 381 - Presente a Proposta n.º 14/P/2024 do Senhor Presidente da Câmara, considerando que o Plano Diretor Municipal se encontra em fase de revisão e findo o período de discussão pública, nos termos do n.º 6, do artigo 89.º do RJIGT, “Findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação”. Estabelece ainda o n.º 7 do mesmo artigo que “são obrigatoriamente públicas, todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer plano municipal.”

Prestados os esclarecimentos necessários, a Câmara deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a alteração da Reunião Ordinária do dia 12 de dezembro para Reunião Pública, nos termos e para efeitos do



CÂMARA MUNICIPAL

disposto no n.º 4 do artigo 40.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, também nos termos do Regimento da Câmara Municipal, artigo 4.º, n.º 5) e n.ºs 2. e 3., do artigo 27.º do CPA.

3. ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2025 / GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025 / NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Deliberação n.º 382 - Em cumprimento do disposto na Norma de Contabilidade Pública (doravante NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1 e n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 02 de setembro (doravante RFALEI), na sua versão atual e com a exclusão prevista no artigo 78.º do Orçamento de Estado para 2024, foram presentes, pelo Senhor Presidente da Câmara, os Documentos Previsionais, que se dão por reproduzidos, elaborados em obediência às regras e princípios orçamentais consagrados pelas diferentes normas legais em vigor, focando os principais projetos e objetivos a alcançarem ao longo do próximo ano.

Prestados os necessários esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 4 votos a favor, 1 votos contra do Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e 0 abstenções, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e, para efeitos do estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os seguintes documentos:

- i. Introdução ao Relatório;
- ii. Enquadramento e Calendário Orçamental;
- iii. Documentos Previsionais;
- iv. Cenário Macroeconómico;
- v. Apresentação e Fundamentação;
- vi. Pressupostos;



CÂMARA MUNICIPAL

- vii. Relação das Responsabilidades Contingentes;
- viii. Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais;
- ix. Princípios e Regras Orçamentais;
- x. Mapa das Entidades Participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente;
- xi. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais;
- xii. Anexos - Documentos Previsionais e Norma de Execução Orçamental.

Pedindo uso da palavra o Senhor Vereador Vítor Melo fez uma pequena questão em relação às responsabilidades que o Município possui face às Freguesias e ao valor atual das mesmas, já que no início do mandato rondava um milhão de euros.

Continuou, questionando sobre os processos em contencioso que existem de responsabilidade com o Município e sobre a proveniência destes valores que rondam os 60 mil euros, dado que alguns já se arrastavam há algum tempo.

Falou ainda sobre os compromissos plurianuais, dizendo que o projetado no orçamento em 2024, nada tinha a ver com o que está a ser projetado na atualidade e lembrou que o orçamento em 2024, as responsabilidades plurianuais para 2025 eram de um milhão e cinquenta e nove mil, e o orçamento que é apresentado atualmente para 2025, são três milhões e noventa e quatro mil.

Prosseguiu afirmando que não estava ali o saneamento financeiro que todos ambicionam, sendo unânime, tanto a parte do Executivo como da Oposição, porque senão aqueles valores não seriam mais extrapolados, Deu nota que a receita de algumas rubricas do Município, a projeção que foi feita para 2024, não está a exceder as expectativas positivamente. Referiu ainda que há muitos valores que estavam a aumentar a grande velocidade, e que na sua ótica estavam a caminhar, quase para o abismo. Afirmou ainda terem um aumento do orçamento, que em 2024 era de 29.497.000,00€, e para 2025 passou para 38.320.000,00€, um aumento de 75%.



CÂMARA MUNICIPAL

Afirmou que o Sr. Presidente lhe podia dizer, que tinham que abrir as rubricas para poderem ter acesso a candidaturas, e compreende, mas que o problema é que depois vem a taxa de execução, que é sempre o calcanhar de Aquiles. Afirmou ainda que gostaria que 2024 fosse uma boa surpresa, que aparecessem bons valores de execução, porque a sua intenção enquanto Oposição, não era que o Senhor Presidente fizesse um mau trabalho, pelo contrário, já o disse várias vezes, que o seu objetivo é igual ao do Executivo, só que trabalham em caminhos diferentes, para o bem-estar dos Tabuenses, e ser legítimo que haja pontos de discórdia.

No aspeto financeiro, não concorda com muita coisa, e que cada vez mais dependiam da receita de capital, que em 2024 era de 9.400.000 euros e para 2025 se prevê ser de 16.840.000 euros, e referiu que só gostaria que no final do mandato, se conseguisse concretizar o saneamento financeiro para o bem de todos.

Afirmou para terminar, que a projeção que foi feita em 2024 para os anos seguintes, em nada se compara com o que está a ser projetado em 2025, valores orçamentais, valores de capitais, despesas, existia uma grande alteração e gostaria de ouvir a devida justificação.

O Senhor Presidente passou a responder às questões colocadas, informando que sobre as Juntas de Freguesia, a dívida no início do mandato ascendia a 920 mil euros, sendo que à data de hoje devem às Juntas de Freguesia, 175 mil euros, ao que deve acrescentar o valor da tranche inerente desde setembro a outubro da transferência relativa aos contratos interadministrativos, que irão ser validados e assinados no dia 23 de dezembro, e que até ao dia 31 de dezembro estarão pagos. Em relação aos 175 mil euros, já está feito o plano de pagamentos, apresentado aos Presidentes de Junta, prevendo-se que no dia 16 de julho de 2025, Dia Municipal da Coesão, a dívida esteja totalmente liquidada, honrando o mandato. Afirmou que para além de reduzirem esta dívida, estão a ser pagos regularmente as suas responsabilidades decorrentes da transferência de competências, o que permitirá



CÂMARA MUNICIPAL

que a prioridade a este nível passe para outras áreas, recuperando outras dívidas que existam.

Sobre a questão dos processos em tribunal, o Senhor Presidente informou que é um processo dinâmico, e ainda agora pediram mais processos, sendo o relatório de contas a espelhar a realidade em dado momento. Neste sentido, tem de ser cativados os recursos financeiros, independentemente de se poder ganhar ou perder os processos, com verbas que estão associadas ao valor de entrada de um processo. Algumas delas são processos que se arrastam há tempo, uns que têm vindo a ser resolvidos.

O Senhor Presidente informou ainda sobre a questão que referiu o Sr. Vereador e a comparação efetuada entre 2024 e 2025, deu nota que apesar de entender o raciocínio, a análise não podia ser efetuada dessa forma, assim, porque, muitas das vezes os valores que estão inerentes aos projetos de um ano não são os valores que estão inerentes aos projetos do ano seguinte, variando a taxa de execução. Prosseguiu, dizendo que *"não há execuções a 100%, num país como Portugal"*, existindo uma clara diferença também entre Organismos Públicos e empresas privadas, até porque a função das Autarquias não é empresarial, tendo estas uma função social e de proteção, bem como uma função de investimento constante para a melhoria daquilo que é a qualidade de vida dos Tabuenses. Informou que, muitas vezes, a taxa de execução varia conforme a evolução da concretização de projetos ou mesmo a sua não concretização, salientando que se não houvesse tanta burocracia, o Município por exemplo, teria um maior número de investimentos efetuados, dando como exemplos as intervenções inerentes à requalificação da antiga Escola Primária do Barras, projeto ligado à BNAUT e a outros projetos ligados ao IRHU.

Sobre a questão da evolução do Orçamento, o Senhor Presidente deu nota de que não era um aumento de 75% como referiu o Sr. Vereador, mas sim de 29,8%, pois o valor do orçamento apresentado no ano passado foi de 29,5 milhões de euros e em 2025 está previsto 38,3 milhões. Contudo, é um aumento generalizado a vários



CÂMARA MUNICIPAL

Municípios, sendo que na nossa Região existem Municípios com aumentos nos seus orçamentos superiores a 34,5%, o que decorrer do facto de inscreverem já no orçamento todos os investimentos que se prevê venham a ser executados.

Relativamente à questão formulada sobre o Saneamento Financeiro, o Senhor Presidente deu nota de que neste momento o Município de Tábua, não reúne os requisitos de dívida necessários para aderir a um processo de saneamento financeiro voluntário, devido ao facto de ter reduzido os pagamentos em atraso e ter efetuado a redução de dívida aos fornecedores, sendo que esta Autarquia nunca teve uma dívida que a vinculasse a recorrer a um saneamento financeiro obrigatório. Continuou, referindo que esta é a demonstração de que o Município está numa trajetória de recuperação, de que é exemplo a redução da dívida às Juntas/União de Freguesias, que no próximo ano deixará de existir. Por outro lado, em relação aos pagamentos em atraso, deu nota de terem cumprido a meta de reduzir cerca de 10%, tendo sido alcançada uma redução de 12.99%, que corresponde a cerca de meio milhão de euros nos pagamentos em atraso aos fornecedores relativamente ao período homólogo (leia-se setembro de 2023).

O Senhor Presidente esclareceu ainda que a diferença do aumento do orçamento, é em grande parte relacionada com os investimentos financiados no âmbito do PRR e do PT2030, exemplo da intervenção na Escola Secundária de Tábua no montante de 5.7 milhões de euros, apesar de o valor não ser na sua totalidade imputado ao ano de 2025, assim como os investimentos a efetuar no âmbito do Parque Público de Habitação. Portanto, o ano de 2025 terá um volume grande de investimentos tendo em consideração as candidaturas aprovadas e respetivos valores imputados, como se pode verificar no orçamento em que pela primeira vez, a área do Urbanismo atinge de 30,16%, ultrapassando a área da Educação, que surge com 26,83%. Referiu, ainda, que o executivo está empenhado em concretizar o orçamento com a máxima taxa de execução possível.



CÂMARA MUNICIPAL

Pedindo novamente o uso da palavra o Senhor Vereador Vítor Melo informou que o setenta e cinco por cento a que se referiu foi em relação à receita de capital, ou seja, que de 9.4 milhões passaram para 16.8 milhões, referindo-se não ao investimento pois sabe que é necessário investimento, mas sim à dependência da receita capital, disse compreender que existe um passado com muita dívida acumulada, e que não é de um dia para o outro que se consegue liquidar, mas a questão prende-se com os gastos supérfluos que vão sendo acumulados.

Em esclarecimento ao Senhor Vereador, o Senhor Presidente informou que a receita de capital significa investimento, dando exemplos, nomeadamente o da Piscinas Municipais de Tábua, cuja atividade é fundamental para a promoção da saúde e de aprendizagens motoras, e cuja intervenção será cerca de 700 mil euros e terá financiamento do PT2030. Abordou, de seguida, que considera injusto, e já o manifestou, não só em sede de reunião de Câmara, nas Assembleias Municipais e na Associação Nacional de Municípios Portugueses, que a Lei de Financiamento das Autarquias Locais tem de mudar para prever um reforço financiamento para as Autarquias, nomeadamente para os territórios de baixa densidade.

4. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA PARA 2025, PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO E RESPETIVO REGULAMENTO.

Deliberação n.º 383 - Presentes os seguintes documentos, que se dão por reproduzidos:

- Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2025;
- Plano Anual de Recrutamento para 2025;
- Regulamento Interno do Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2025.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por maioria, com 4 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenções do Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, aprovar o Mapa de Pessoal deste



CÂMARA MUNICIPAL

Município para 2025, Plano Anual de Recrutamento e respetivo Regulamento Interno, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e a serem remetidos para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

5. HASTA PÚBLICA 05/2024 – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TÁBUA – INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICAS DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTARES (MÁQUINAS DE VENDING).

Deliberação n.º 384 - Presente a informação n.º 53/2024, datada de 25 de novembro, respeitante à “Abertura do Procedimento para Atribuição do Direito de Ocupação de Espaços em Edifícios Públicos Municipais de Tábua para instalação de Máquinas de Vending – Máquinas de Venda Automática de Bebidas e Produtos Alimentares (Máquinas de Vending)”, acompanhada do Programa de Procedimento e respetivos anexos, elaborados pela Dra. Alexandra Bento e Eng.ª Cristina Pinto, documentos que se dão por reproduzidos.

Posto o assunto à consideração da Câmara foi deliberado por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, o seguinte:

- i) Aprovar a abertura do procedimento de Hasta Pública para a atribuição de um direito de ocupação e utilização dos espaços dos Edifícios Públicos (Estádio Municipal, Piscinas Municipais, Centro Escolar, Pavilhão Multiusos e Cultiva) que pertencem ao domínio privado do Município de Tábua;
- ii) Aprovar as condições do programa de procedimento, concordar com os procedimentos administrativos inerentes ao processo de Hasta Pública, nomeadamente de publicitação (editais e anúncios), e respetivos pagamentos;



CÂMARA MUNICIPAL

- iii) Aprovar a constituição da Comissão de Hasta Pública, que procederá à abertura pública das propostas, anunciando as respetivas condições e termos para conhecimento dos concorrentes, e propõe a adjudicação provisória, tendo como membros do Júri do procedimento:
- Presidente: Alexandra Bento, Técnica Superior (jurista);
 - Primeiro Vogal: Cristina Pinto, Técnica Superior (Eng.^a Alimentar);
 - Segundo Vogal: Luís Branquinho, Técnico superior;
 - Vogal Suplente: José Ângelo Oliveira, Técnico Superior;
 - Vogal suplente: Rui Vaz, Técnico Superior.

6. APOIOS COMPLEMENTARES AOS ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E EPTOLIVA.

Deliberação n.º 385 - Presente a informação n.º 11/2024 datada de 25 de novembro, da Senhora Vereadora da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, Dra. Susana Mendes, que se dá por reproduzida, propondo a atribuição de um apoio complementar a todas as crianças do Jardim de Infância, alunos do 1.º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, Secundário e Profissional do Agrupamento de Escolas de Tábua e alunos do Ensino Profissional da Escola Eptoliva, no âmbito do Natal, ofertando ao Pré-Escolar e ao 1ª Ciclo um livro, ao 2º e 3º Ciclo e ao Ensino Secundário e Profissional um bilhete de Cinema Estudante, podendo este ser utilizado até ao final de 2025.

Face ao contextualizado na referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, concordar com a atribuição dos apoios complementares propostos, nos termos da alínea f) do artigo 2.º e artigo 3.º do Regulamento Municipal de Serviços de Apoio à Família no âmbito da Educação.



CÂMARA MUNICIPAL

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

7. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 386 - Presente o Processo de Licenciamento de Obras n.º 39/2023/320, que se dá por reproduzido, em que é requerente Fatordiligente Unipessoal, Lda., referente à obra de “Alteração e ampliação de um edifício para Turismo em Espaço Rural - TER”, sito no Lugar de Penedoleu, Freguesia da Póvoa de Midões, Concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à Informação n.º 035/2024, datada de 15 de novembro, do Engenheiro Pedro Rodrigues, com proposta favorável da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, datada de 22 de novembro de 2024, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o pedido de licenciamento, nos termos do n.º 1, alínea a), do artigo 23.º do RJUE, com o condicionalismo das infraestruturas básicas em falta ficarem a cargo do requerente.

Deliberação n.º 387 - Presente o Processo de Licenciamento de Obras n.º 39/2024/42, que se dá por reproduzido, em que é requerente Cláudia Sofia Figueiredo Coelho e Manuel Armânio Rodrigues Henriques, referente à obra de “Demolição e alteração de um edifício existente para comércio e serviços e ampliação de anexo”, sito na Rua Principal – Fonte Arcada - Remouco, Freguesia e Concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à Informação n.º 034/2024, datada de 14 de novembro, do Engenheiro Pedro Rodrigues, com proposta favorável da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, datada de 22 de novembro de 2024, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o pedido de licenciamento, nos termos do n.º 1, alínea a), do artigo 23.º do RJUE.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 388 - Presente o Processo de Licenciamento de Obras n.º 39/2023/01, que se dá por reproduzido, em que é requerente Nuno Miguel Martins Pais e Júlia Oelrich Campos, referente à obra de “Alteração e reconstrução de um edifício e anexo para Empreendimento de Turismo no Espaço Rural – alteração ao projeto inicial”, sito na Quinta Lameira, Freguesia de S. João da Boa Vista, Concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à Informação n.º 255/2024, datada de 26 de novembro de 2024, do Arquiteto José Fonseca, com proposta favorável da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, datada de 26 de novembro de 2024, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 26/11/2024, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE, com o condicionalismo das infraestruturas básicas em falta ficarem a cargo do requerente.

8. PROJETOS DE EXECUÇÃO.

Deliberação n.º 389 - Presente a informação n.º 029/2024, datada de 22 de novembro, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, propondo a aprovação do projeto de execução da obra “*Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Tábua*”, documento que se dá por reproduzido, constituído pelo projeto de arquitetura, especialidades, mapa de quantidades e estimativa orçamental, no valor de 1.246.117,41€ (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil, cento e dezassete euros e quarenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao teor da referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o projeto de execução da obra de “*Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Tábua*”.



CÂMARA MUNICIPAL

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

9. CONCURSOS E CONSULTAS.

Deliberação n.º 390 – Presente o processo de Ajuste Direto n.º 30-B/2024, relativo à “Aquisição de Energia Elétrica em Regime de Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN), ao abrigo do Lote C, D e F do Acordo Quadro para o Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais”, que se dá por reproduzido, para efeitos da primeira modificação objetiva do contrato.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à informação n.º 021/2024, datada de 22/11/2024, do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, o seguinte:

1. A aprovação da 1.ª modificação objetiva do contrato n.º 43/2024 de “Aquisição de Energia Elétrica em Regime de Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN), ao abrigo do Lote C, D e F do Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais.”, alterando o preço contratual patente na cláusula 3.ª para o valor de 447.624,82€ (quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Nos termos do artigo 16.º do convite e do n.º 1 do artigo 89.º do CCP, a correspondente redução do valor da caução prestada em 23.714,28€ (vinte e três mil, setecentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos), passando o valor do Seguro de Caução n.º 202404016, apólice CA30003415, prestada pela Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A. a ter o valor de 13.428,74€ (treze mil, quatrocentos e vinte e oito euros e setenta e quatro cêntimos), correspondente ao valor de 3% do preço contratual.



CÂMARA MUNICIPAL

3. A redução a escrito da presente modificação objetiva.
4. A aprovação da minuta da presente modificação ao contrato, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 98.º do CCP (em anexo).
5. A publicitação no Portal dos Contratos Públicos da presente modificação, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 315.º do CCP.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às doze e vinte minutos.

E, eu Andreia Cristina Simões Rocha, Assistente Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,